



AVOZ ROUCA

que não se cala

#7

A Voz Rouca

Reforma trabalhista aprovada: e agora?

Com a aprovação da reforma trabalhista e da lei da terceirização, começamos o segundo semestre encarando um horizonte sombrio. O que acontecerá com as nossas relações de trabalho a partir de novembro, quando as mudanças começarem a valer?

Na prática, o que os economistas chamam de "flexibilização" das regras trabalhistas significa abrir espaço para a precarização total dos vínculos de trabalho, ou seja, para que as empresas tenham ainda mais poder sobre seus empregados. Como a nova lei não é clara, contribuirá para criar um cenário de instabilidade em que podem se multiplicar várias das formas precárias de contratação que já conhecemos hoje.

Faz tempo que as escolas burlam a convenção sindical das maneiras mais variadas. É muito comum, por exemplo, que pressionem os professores a abrirem mão "voluntariamente" do pagamento de janelas entre aulas, que é um direito.

E quem nunca ouviu falar de professores, especialmente de inglês, contratados como pessoa jurídica? Com a terceirização, é possível que mais colégios se sintam à vontade para contratar todos os seus professores como PJ: prestadores de serviço, não trabalhadores. Outro risco é a proliferação de "cooperativas": para escapar de pagar os direitos trabalhistas, a escola vai te fazer se associar a uma cooperativa ao invés de te contratar.

Outra possibilidade é que os contratos de trabalho dêem lugar a cadastros em aplicativos. Aplicativos como Superprof, AulaUP e Profes já vem tomando conta do universo das aulas de reforço. Se alguém achava que ia demorar para chegar nas escolas, é só olhar para Ribeirão Preto, onde a



a prefeitura criou um "Uber da Educação". Se houver aulas vagas na rede municipal, o aplicativo vai acionar professores avulsos para cobrirem o horário.

O quanto as empresas vão conseguir impor condições piores aos trabalhadores? Vai depender do quão bem organizados nós estivermos para segurar a pressão em cada colégio.

Ainda que a paralisação do dia 28 de abril não tenha conseguido impedir a aprovação das reformas, a organização que construímos em cada escola foi uma conquista muito importante. Desde então, os professores de vários colégios têm conseguido manter reuniões periódicas para discutir as condições de trabalho e travado pequenas lutas, cujas conquistas dão um exemplo de como poderemos enfrentar os impactos das reformas.

Exemplos de organização

Santi: sem corte de ponto!

Na Escola Santi, a paralisação do dia 28 seria descontada dos salários e o dia letivo seria repostado em uma data antes destinada ao planejamento. Os professores escreveram uma carta à direção e conseguiram a reposição do planejamento em troca da anulação do desconto do dia da greve.

Conquista de um pré-campo

Numa escola dos Jardins, a mobilização dos professores rendeu frutos importantes. Depois de anos, finalmente a escola abriu a possibilidade de realizar uma viagem preparatória, remunerada, para o estudo de campo com os professores – o que nunca havia acontecido antes. Embora em nenhum momento a gestão tenha relacionado a mudança às mobilizações do semestre, é importante marcar que foi uma conquista do corpo docente.

Escola da Vila: espaço para os funcionários

Os trabalhadores da Vila, que já estavam se organizando desde a venda da escola no começo do ano, conseguiram uma primeira vitória! A construção de instalações adequadas para o descanso das equipes de limpeza e zeladoria era uma das reivindicações antigas dos funcionários da Unidade Morumbi. Este mês, se iniciaram as reformas em um antigo depósito localizado sobre a cantina, onde o pessoal de limpeza e zeladoria poderá descansar e socializar de maneira mais confortável.

Santa Cruz: reuniões permanentes

No Colégio Santa Cruz, os professores organizaram um calendário de reuniões permanentes para que todos os segmentos se encontrem com mais frequência. Aconteceram também duas reuniões entre uma comissão e a Direção Geral para dialogar sobre temas que surgiram nos encontros dos professores.

Associação Pela Família: contratações irregulares e ataques aos trabalhadores da Nova Escola

Em setembro de 2016, a Associação Pela Família (ASPF), mantenedora de centros de assistência social, da Escola Nossa Senhora das Graças (Gracinha), da Colibri e da Nova Escola, surpreendeu as cerca de 300 famílias e toda equipe de profissionais desta com o abrupto anúncio de fechamento do colégio. No entanto, a mobilização de trabalhadores, estudantes e suas famílias pressionou a ASPF, que garantiu a continuidade da Nova Escola e uma série de reivindicações da comunidade – o que incluía investimentos na Escola e o estabelecimento de um Plano de Demissão Voluntária (PDV). Em dezembro de 2016, a demissão de seu diretor deu início a um processo de rompimentos com compromissos firmados semanas antes e, diante dessa situação, um grupo de trabalhadores decidiu aderir ao PDV.

Em junho de 2017, a ASPF surpreendeu todos anunciando de novo um fechamento para o final do ano. Um grupo de pais encaminhou uma denúncia contra a ASPF ao Ministério Público – vale lembrar que a Associação carrega o selo de utilidade pública, que lhe dá isenções fiscais, entre outros benefícios. Em julho, a Associação não compareceu à audiência pública, realizada na ALESP, em que prestaria satisfações à sociedade como um todo sobre o conturbado processo de fechamento da Nova Escola. Na mesma audiência, veio a público um dos mais absurdos ataques aos trabalhadores da educação: quatro representantes dos professores que haviam aderido ao PDV no começo de 2017 estavam sendo processados pela mantenedora, que exige uma indenização no valor de aproximadamente cinquenta mil reais

alegando ter sido “coagida” no momento das negociações. Pouco mais de um mês depois, um grupo de profissionais decidiu se desligar da Escola aderindo também ao PDV. Foram então surpreendidos com um novo ataque: a Associação havia solicitado à justiça a anulação do acordo firmado em 2016, e segundo ela, o PDV, que deveria durar até dezembro de 2017, estaria suspenso. Tendo procurado os advogados do Sinpro, o grupo foi informado de que o PDV estaria em vigor, já que a justiça não indicara sua suspensão. Orientados a não retornar ao local de trabalho até que a situação se definisse, ficaram reféns do limbo jurídico, até que um grupo de famílias interveio exigindo da mantenedora a garantia dos direitos dos trabalhadores. Assim, mais de dez dias depois, foi alcançada a demissão sem justa causa.

De modo irregular, a ASPF atribuiu (e ainda atribui) aulas “por aditamento” a boa parte dos docentes. Isso significa que, em caso de rescisão contratual, os valores referentes à carga horária “aditada” não serão indenizados. Praticamente todo corpo de professores da Nova Escola assinou, ano após ano, contratos de aditamento para poder assumir suas aulas de sempre, e, em virtude disso, alguns deixaram de receber até 70% dos valores indenizatórios garantidos por lei no momento de sua saída.

Ações como as da ASPF trazem à tona a necessidade de reflexão sobre as relações de força no estabelecimento de acordos entre empregador e empregado – tônica da reforma trabalhista aprovada em julho – e sobre a importância do apoio dos estudantes e de suas famílias na conquista e na manutenção de direitos.

Precarização e resistência nas faculdades particulares

Não é só na educação básica que os trabalhadores tem sentido o impacto da precarização das relações de trabalho. Nos últimos quinze anos, as políticas de financiamento estudantil e incentivo aos empresários, como o Fies, fizeram do ensino superior privado um lucrativo mercado, cada vez mais dominado por grandes conglomerados – como a Kroton Anhanguera, que caso complete fusão com a Estácio, se tornará a maior empresa de educação do mundo.

Se os negócios vão bem para os patrões, do lado dos trabalhadores dessas faculdades o cenário é cada vez mais difícil: a crescente substituição das aulas presenciais por Ensino à Distância (EaD) abre caminho para demissões em massa, subcontratação de docentes, atrasos no pagamento, fusão de disciplinas e a junção de turmas. Esse cenário é cada vez mais recorrente, chegando agora até uma importante rede como a FMU.

Quanto falta para esse processo chegar também nas escolas? Após a aprovação da reforma do ensino médio, a Kroton e outras megaempresas já acenderam o sinal verde para a compra de colégios de educação básica. As tendências que nossos colegas universitários vivem hoje podem ser o futuro de todos os trabalhadores da educação.

Por isso, **convidamos todos os colegas que tiverem interesse em discutir os impactos do EaD e nossas possíveis formas de resistência para uma reunião aberta no dia 16/09, às 15h.** Divulgaremos o local do encontro em breve pelo facebook.



Greves no ensino superior

FMU

O conglomerado americano Laureate, que comprou a Faculdade Metropolitanas Unidas, acaba de demitir 250 professores, diminuir a carga horária em 25% e aumentar em 20% o número de aulas a distância do total das horas já cortadas. Em resposta, uma assembleia com o Sinpro tirou indicativo de greve.

Unimep Piracicaba

Com assembleias lotadas (foto acima), ocupação da reitoria, atividades diárias e organização entre os trabalhadores e alunos, a greve da UNIMEP forçou a reitoria a recuar e negociar após reestruturação que implantou a plataforma de software Totvs e tirou do controle dos funcionários a gestão acadêmica.

UniSant'Anna

A universidade atrasa os salários dos docentes desde maio, levando à deflagração da greve iniciada no dia 1º de agosto; a greve já dura mais de 3 semanas.

